



AZ@BXL

Número: 293 Data: 2023.11.24

No título: [Vista do Rei - Sete Cidades PR03SMI](#)

Nota: *A série atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). A sexta edição explora o [trilho da Vista do Rei - Sete Cidades PR03SMI](#). Este trilho tem início no Miradouro da Vista do Rei, assim conhecido pelo facto de ali terem estado, a 6 de julho de 1901, o Rei D. Carlos e a Rainha D. Amélia, e termina na zona urbana da freguesia das Sete Cidades.*

Ao longo do percurso, poderá admirar todo o esplendor da Caldeira das Sete Cidades com destaque para as Lagoas Verde e Azul, bem como a Caldeira Seca e do Alferes. Inicie o trilho no Miradouro da Vista do Rei, seguindo o caminho de terra batida que contorna, pela vertente oeste, a cumeeira das Sete Cidades.

Ao longo do percurso pode observar amplas vistas onde se destacam, no interior da cratera, as Lagoas Verde e Azul, a freguesia das Sete Cidades, a Caldeira Seca e a Caldeira do Alferes, bem como a costa NNO (nor-noroeste) da ilha, com destaque para as freguesias dos Ginetes, Várzea e Mosteiros com os seus quatro ilhéus. Termine o trilho com a chegada ao centro da freguesia das Sete Cidades.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Manteiga dos Açores registada como produto de Denominação de Origem Protegida pela União Europeia](#)

[Parlamento Europeu adota orçamento da UE para 2024: investigação, juventude e desafios externos](#)

[Parlamento Europeu rejeita proposta de regulamento sobre os fitofármacos](#)

[Prorrogado Quadro Temporário de Crise e Transição relativo a Medidas de Auxílio Estatal](#)

[Parlamento Europeu adota reformulação de regras para reduzir, reutilizar e reciclar embalagens](#)

[Comissão propõe monitorização abrangente das florestas europeias para melhorar a sua resiliência](#)

[Futuro da União Europeia: propostas do Parlamento para alterar os Tratados](#)



27 de novembro



Conselho dos Negócios Estrangeiros (Comércio)

O Conselho dos Negócios Estrangeiros, reunido ao nível dos ministros do Comércio, [debaterá](#) o ponto da situação dos preparativos para a **13.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio**, que se realizará de 26 a 29 de fevereiro de 2024, em Abu Dabi. Os ministros terão a oportunidade de analisar a situação no que diz respeito à preparação para a assinatura do acordo de comércio provisório com o **Chile**.

Os ministros serão igualmente informados sobre a **aplicação e a execução da política comercial da UE**, com base num relatório da Comissão a publicar até essa data. Durante o almoço, os ministros debaterão o ponto da situação das **negociações comerciais** em curso e os **acordos** já negociados e ainda pendentes. Os ministros debaterão igualmente os mais recentes desenvolvimentos nas **relações comerciais UE-EUA**.

27 e 28 de novembro



Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores)

A Presidência [pretende](#) alcançar uma orientação geral (uma posição comum dos Estados-Membros) sobre a proposta de diretiva relativa ao cartão europeu de deficiência e ao cartão europeu de estacionamento, a fim de facilitar as viagens em toda a UE. Além disso, ainda nesse dia, os ministros aprovarão conclusões sobre o apoio às pessoas com deficiência.

No debate sobre o Semestre Europeu de 2024, os ministros centrar-se-ão no tema da negociação coletiva ecológica. O Conselho tenciona igualmente aprovar as principais mensagens do Comité do Emprego e do Comité da Proteção Social sobre a aplicação da recomendação que visa assegurar uma transição justa para a neutralidade climática. A Comissão apresentará igualmente o pacote de outono do Semestre Europeu de 2024, que inclui a análise anual do crescimento sustentável, o relatório sobre o mecanismo de alerta, o projeto de relatório conjunto sobre o emprego e o projeto de recomendação sobre a política económica da área do euro. O Semestre Europeu é um instrumento de coordenação das políticas económicas, orçamentais, laborais e sociais na UE.

29 e 30 de novembro



158.ª reunião plenária do Comité das Regiões Europeu

Os membros do Comité das Regiões Europeu [reunir-se-ão](#) para a 158.ª reunião plenária nos dias 29 e 30 de novembro de 2023. Os principais destaques da sessão serão: o debate e votação do projeto de parecer “[O futuro da política de coesão após 2027](#)”, em que um dos relatores é o Presidente do Comité das Regiões, Vasco Cordeiro (o debate contará com a participação de Elisa Ferreira, comissária da Coesão e Reformas, Mercedes Caballero Fernández, secretária geral dos Fundos Europeus da Espanha, Elio Di Rupo, ministro-presidente do Governo da Valónia da Bélgica, e Younous Omarjee, presidente da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu); e a “Abertura do Fórum Cidades e Regiões para Parcerias Internacionais 2023 'Localising Global Gateway'”, na presença de Jutta Urpilainen, comissária para as Parcerias Internacionais.

30 de novembro



"O Espaço Europeu da Educação: uma realidade para todos"

A Cimeira é o evento anual emblemático do Espaço Europeu da Educação (EEE). Reúne decisores políticos de instituições da UE e não só, e as comunidades europeias de educação e formação. O evento será presencial (somente em inglês) e estará disponível através de *webstreaming*. Mais informações [aqui](#).



Colóquio relativo ao Programa Europa Criativa: Oportunidades para as Regiões Ultraperiféricas

Os setores culturais e criativos das Regiões Ultraperiféricas da UE têm um grande potencial económico e de criação de emprego. As Regiões Ultraperiféricas contribuem para a diversidade cultural da UE e desempenham um papel importante na promoção dos intercâmbios, nomeadamente através da mobilidade, e da cooperação com pessoas e organizações de países terceiros, em especial dos países vizinhos.

O [programa Creative Europe](#) é o programa emblemático da UE para apoiar os setores da cultura e do audiovisual. Investe em ações que reforçam a diversidade cultural e respondem às necessidades e aos desafios dos setores culturais e criativos. O programa inclui disposições específicas para as Regiões Ultraperiféricas. [Inscrições aqui](#).



Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Saúde

Os ministros [procederão](#) a uma troca de pontos de vista sobre a melhoria da autonomia estratégica aberta da UE no domínio da saúde, nomeadamente no que diz respeito à escassez de medicamentos e à estratégia farmacêutica da UE. O valor de cadeias de abastecimento fortes e sediadas na UE foi demonstrado pela pandemia de COVID-19 e os ministros explorarão a forma como a UE pode manter a sua liderança mundial e reforçar a sua resiliência no domínio da saúde.

Os ministros propõem-se aprovar conclusões sobre a saúde mental: ponderarão medidas concretas a tomar para prevenir e tratar questões de saúde mental, que afetam as pessoas no dia a dia e constituem, pois, um tema vital a analisar e tratar nas estratégias de saúde. No contexto de crises múltiplas, começando pela pandemia de COVID-19, as condições de saúde mental agravaram-se drasticamente: poder-se-á fazer mais para proteger as crianças, assegurar uma boa saúde mental no trabalho e prestar apoio aos grupos vulneráveis.



Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão)

O Conselho deverá aprovar conclusões sobre o futuro da política de coesão. Os ministros trocarão pontos de vista sobre o encerramento do período de programação de 2014-2020. O Conselho realizará igualmente um debate sobre a política de coesão e a autonomia estratégica europeia.

4 e 5 de dezembro



FOOD 2030: Sistemas alimentares ecológicos e resiliente

Transformar os sistemas alimentares em prol da sustentabilidade e da resiliência é pertinente e urgente para alcançar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Os sistemas alimentares são altamente complexos, caracterizados pela incerteza, por múltiplos fatores, impactos e setores interligados, exigindo compromissos. Atuar simultaneamente em muitas frentes é a única chave para o sucesso. O papel da política de investigação e inovação foi finalmente reconhecido como fundamental para desvendar as complexidades e catalisar soluções.

Entre 4 e 5 de dezembro de 2023, a Comissão Europeia organizará uma conferência em Bruxelas intitulada "[Food 2030: sistemas alimentares ecológicos e resilientes](#)" para partilhar as realizações dos projetos da UE relacionados com os sistemas alimentares, explorar futuras orientações de investigação e inovação e alavancas de mudança. A Comissão Europeia pretende reunir um vasto leque de intervenientes e decisores políticos para este evento presencial, que também será transmitido e gravado na Internet para aqueles que não puderem estar presentes.

5 a 8 de dezembro



Jornadas Agroalimentares da UE

A edição inaugural das [Jornadas Agroalimentares da UE](#) terá lugar em Bruxelas, de 5 a 8 de dezembro de 2023, para debates sobre as perspetivas da agricultura europeia, as tendências do mercado, a segurança alimentar, a sustentabilidade e a inovação digital. Este evento internacional reúne agricultores, decisores políticos, líderes empresariais, analistas e especialistas de todo o mundo para promover o diálogo e inspirar ideias transformadoras. Para participação presencial [registe-se aqui](#).

13 de dezembro



Comissão Europeia lança concurso de vídeos para alunos do ensino secundário «ImagineEU»

A Comissão Europeia [lançou](#) o convite à apresentação de candidaturas para a iniciativa «ImagineEU», um concurso aberto aos estudantes dos dois últimos anos do ensino secundário. Os estudantes de toda a UE são convidados a criar e partilhar vídeos curtos que apresentem as suas ideias para mudanças a nível europeu que possam melhorar a qualidade de vida nas suas comunidades.

O concurso «ImagineEU» assenta no conceito da Iniciativa de Cidadania Europeia e visa incentivar os jovens cidadãos a desempenharem um papel ativo para influenciarem as políticas da UE. Complementa o conjunto de ferramentas didáticas [«A Democracia em Ação na UE — Dê a sua opinião com a Iniciativa de Cidadania Europeia»](#), concebido para dotar os alunos do ensino secundário dos conhecimentos e competências necessários para se tornarem cidadãos da UE empenhados.



Comissão Europeia está a recrutar tradutoras e tradutores

A Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia [publicou](#) um [convite](#) à manifestação de interesse para a constituição de uma lista de aptidão de tradutores/as de língua portuguesa para os seus serviços em Bruxelas e no Luxemburgo. O procedimento de seleção inclui a prestação de provas pelos candidatos e candidatas que preencham as condições mínimas de candidatura. No termo do processo de seleção será elaborada uma lista de aptidão com as pessoas aprovadas, de acordo com as regras aplicáveis.

As pessoas incluídas na lista de aptidão poderão ser convidadas a integrar os serviços do Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução, em Bruxelas ou no Luxemburgo, com um contrato de agente temporário a termo certo (com duração de quatro anos, renovável por mais dois anos). Mais informações [aqui](#).

31 de dezembro



Novo Bauhaus Europeu: estão abertas as candidaturas à apresentação de eventos satélite no âmbito do Festival do Novo Bauhaus Europeu

A Comissão Europeia [abriu as candidaturas](#) à apresentação de eventos satélite no âmbito do Festival do Novo Bauhaus Europeu. O festival, que se realizará em abril de 2024, reunirá pessoas de diversas origens em *workshops*, atividades e eventos satélite para debater e moldar o futuro. O convite à apresentação de eventos satélite está aberto até 31 de dezembro de 2023.

12 de janeiro



Nova ferramenta de aconselhamento para as Regiões Ultraperiféricas da UE

A ferramenta de aconselhamento para as regiões ultraperiféricas da UE foi criada pela Comissão Europeia para prestar serviços de aconselhamento a pedido e adaptados às partes interessadas nestas regiões. Esta ferramenta pode apoiar a elaboração de planos de desenvolvimento regional e a aproveitar as oportunidades dos instrumentos, fundos e programas da UE, nacionais e internacionais. Para mais informações sobre o tipo de serviços propostos, consulte o [catálogo de serviços](#) no sítio em linha da ferramenta de aconselhamento.

Pode solicitar serviços ao abrigo da ferramenta de aconselhamento se for uma organização pública ou privada localizada numa das nove regiões ultraperiféricas da UE (Maiote, Guiana Francesa, Martinica, São Martinho, Guadalupe, Reunião, Açores, Madeira

e Canárias). O convite à manifestação de interesse, o formulário de candidatura e outros documentos de apoio para os candidatos podem ser consultados aqui: [ligação](#). O formulário de candidatura preenchido e qualquer questão relacionada com o convite devem ser enviados para o seguinte endereço de correio eletrónico: advisory-tool-eu-outermost-regions@ecorys.com. O convite permanecerá aberto até **12 de janeiro de 2024**. A avaliação das candidaturas será efetuada numa base contínua. Para mais informações sobre a ferramenta de aconselhamento, consulte: [link](#)

16 de janeiro



«A Cultura Move a Europa»: abertas candidaturas para residências artísticas em organizações culturais

O maior programa de mobilidade cultural da UE, «A Cultura Move a Europa», abriu o seu segundo convite à apresentação de propostas para entidades de acolhimento de residências artísticas. O convite destina-se, nomeadamente, a organizações sem fins lucrativos, ONG, organismos públicos, fundações, empresas ou artistas independentes sediados num dos 40 países do [programa Europa Criativa](#) e ativos nas artes do espetáculo, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, *design* e *design* de moda, bem como na literatura.

Este convite ficará aberto até 16 de janeiro de 2024. O primeiro convite à apresentação de propostas para acolhimento de residências artísticas, que terminou em junho de 2023, pré-selecionou 89 projetos que envolveram 232 artistas de 33 países diferentes do programa Europa Criativa, em especial de Itália, **Portugal** e Polónia. As residências artísticas vão abranger todos os setores culturais e várias incidirão nos objetivos do [Novo Bauhaus Europeu](#). Mais informações [aqui](#) e [aqui](#).

Até 31 de janeiro



Programa Europa Criativa lança três novos convites à apresentação de propostas no valor total de 115 milhões de euros para apoiar os setores cultural e criativo

O programa Europa Criativa lançou os seus três primeiros convites à apresentação de propostas de financiamento para 2024, oferecendo um apoio significativo aos setores culturais e criativos da Europa. O [convite à apresentação de projetos no âmbito da cooperação europeia](#), com um orçamento de cerca de 60 milhões de euros, reforçará a colaboração transfronteiriça entre organizações culturais e apoiará o desenvolvimento, a experimentação e a divulgação de práticas inovadoras e a criação de conteúdos artísticos europeus, beneficiando pelo menos 130 projetos.

Em segundo lugar, um [novo convite](#) à apresentação de propostas, com um orçamento de 47,4 milhões de euros, oferecerá apoio a cerca de 15 plataformas para a promoção de artistas emergentes durante o período 2024-2027. Por último, a iniciativa "Entidades Culturais Pan-Europeias" visa apoiar, em particular, as orquestras, com um vasto âmbito geográfico. Graças a [este convite](#), com um orçamento de 7,2 milhões de euros para 2024-2027, as entidades receberão apoio para oferecer formação, profissionalização e oportunidades de atuação a jovens artistas talentosos. Serão selecionadas até cinco orquestras, abrangendo uma vasta área geográfica, para receber o fundo. O prazo de candidatura para os três convites é janeiro de 2024. Para mais informações sobre o processo de candidatura e os pormenores do convite à apresentação de candidaturas, consultar o [Portal de Financiamento e Concursos da UE](#).

31 de janeiro e 1 de fevereiro



Jornadas de informação relativas à promoção de produtos agrícolas

Na sequência da adoção do Programa de Trabalho para a Promoção de Produtos Agrícolas 2024, a Comissão Europeia atribuirá 185,9 milhões de euros para financiar atividades de promoção de produtos agroalimentares sustentáveis e de elevada qualidade produzidos na UE.

Os montantes disponíveis para as campanhas selecionadas em 2024 estão divididos entre a promoção no mercado interno da UE (81,3 milhões de euros) e em países terceiros (85,1 milhões de euros). Os chamados programas SIMPLES podem ser apresentados por uma ou mais organizações do mesmo país da UE. Os programas MULTI são apresentados por, pelo menos, duas organizações nacionais de, pelo menos, dois Estados-Membros, ou por uma ou mais organizações europeias. O convite à apresentação de propostas será aberto em 18 de janeiro de 2024, com um prazo para os candidatos apresentarem as suas propostas até 14 de maio de 2024. Todas as dúvidas poderão ser esclarecidas [aqui](#) durante as jornadas.

8 de fevereiro



Novo convite no valor de 96,6 milhões de euros para programas de formação doutoral e de bolsas de pós-doutoramento graças às Ações Marie Skłodowska-Curie

A Comissão Europeia [abriu](#) um novo convite à apresentação de propostas no âmbito do cofinanciamento das [Ações Marie Skłodowska-Curie \(MSCA\)](#) para programas regionais, nacionais e internacionais (COFUND). Com um orçamento de 96,6 milhões de euros, este convite irá [cofinanciar](#) programas de formação de doutoramento e programas de bolsas de pós-doutoramento. Através das MSCA COFUND, qualquer tipo de organização, incluindo universidades, centros de investigação, empresas ou autoridades regionais ou nacionais, pode receber financiamento para desenvolver e apoiar os seus próprios programas de formação, que podem ter uma componente regional, nacional ou internacional, para atrair talentos internacionais e aumentar as suas capacidades de investigação e inovação. Mais informações sobre o convite à apresentação de [candidaturas COFUND 2023](#) e sobre como candidatar-se estão [disponíveis em linha](#).

14 de fevereiro



11 milhões de euros para apoiar os órgãos de comunicação social independentes

A Comissão publicou um novo convite à apresentação de propostas no âmbito do programa [Europa Criativa](#). Este convite, intitulado "Parcerias Jornalísticas", atribuirá um total de 11 milhões de euros a duas ações distintas: por um lado, o financiamento de [colaborações transfronteiras](#) entre meios de comunicação social e, por outro, a [criação de programas de subvenções](#) para meios de comunicação social que contribuam diretamente para a vida democrática.

O prazo para apresentação de candidaturas é 14 de fevereiro de 2024, devendo os projetos ter início no final de 2024. Os candidatos podem candidatar-se a uma ou outra ação, ou a ambas. Os meios de comunicação selecionados manterão plena liberdade editorial. Será realizada uma [sessão de informação](#) a 6 de dezembro e uma panorâmica do apoio da UE ao setor dos meios de comunicação social está disponível aqui.

7 de março



Nova convocatória para candidaturas ao financiamento de 39,7 milhões de euros para apoio a redes europeias de organizações culturais e criativas

Uma nova convocatória para apresentação de candidaturas a [projetos para as Redes europeias de Organizações Culturais e Criativas](#) ao abrigo do quadro do programa Europa Criativa está [aberta](#) desde 23 de novembro deste ano e até 7 de março de 2024, mais informações poderão ser consultadas [aqui](#). Com um orçamento de mais de 39,7 milhões de euros para o período 2024-2027, este anúncio prevê o apoio às redes de organizações membros de vários países que compartilham uma missão, regras de governo, direitos e obrigações comuns. Essas redes agrupam organismos ativos em setores mais importantes, como a arquitetura, o património cultural, a música, ou as artes do espetáculo.

31 de maio



Culture Moves Europe: novas oportunidades de mobilidade cultural para artistas

O maior programa de mobilidade cultural da UE, denominado "Culture Moves Europe", [abriu](#) um novo convite à mobilidade individual. Destina-se a artistas e profissionais da cultura com, pelo menos, 18 anos de idade, legalmente residentes num dos 40 países do programa Europa Criativa e ativos nos seguintes setores: artes performativas, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, design e design de moda e literatura. As [candidaturas estão abertas até 31 de maio de 2024](#).

O regime oferece bolsas de mobilidade que contribuem para as despesas de deslocação e de subsistência, que podem ser complementadas com apoio financeiro adicional para promover uma participação mais diversificada de pessoas que enfrentam obstáculos à mobilidade internacional. É oferecido um maior apoio financeiro às pessoas que viajam ecologicamente, que são pais de crianças pequenas ou que necessitam de um visto. Os artistas portadores de deficiência são particularmente encorajados a candidatar-se, uma vez que a iniciativa "Culture Moves Europe" lhes oferece um apoio especial para cobrir os custos adicionais que possam advir da deficiência, permitindo-lhes participar em projetos transfronteiriços.

ACONTECEU



Açores

Manteiga dos Açores registada como produto de Denominação de Origem Protegida (DOP)

A Manteiga dos Açores foi [registada](#) como produto DOP pela União Europeia. Este produto resulta duma relação entre a matéria-prima, o leite, e meio ambiente e o maneio tradicional a que os animais estão sujeitos, nomeadamente o pastoreio permanente durante todo o ano, feito desde há cerca de duzentos anos. Os produtores açorianos souberam, ao longo dos tempos, conjugar tradição, tecnologia, exigências higiossanitárias, sem recurso a fermentos lácteos, corantes ou conservantes: assim, a nata é tratada por um processo físico e não biológico.

Graças às excelentes condições edafoclimáticas da Região, a manteiga dos Açores distingue-se pelo aroma e sabor intensos, marcados por um paladar lácteo e fresco. Entre as características que a tornam única, contam-se a disponibilidade regular de água nos Açores proporcionada pelas chuvas e a fertilidade dos solos, responsáveis pela produção contínua de erva fresca ao longo do ano, bem como o conhecimento transmitido pelos açorianos de geração em geração sobre práticas agrícolas adaptadas á realidade insular.

A [política de qualidade](#) da União Europeia visa proteger os nomes de produtos específicos, promovendo suas características únicas associadas à sua origem geográfica e métodos de produção tradicionais. Os nomes dos produtos podem beneficiar de uma "indicação geográfica" (IG) quando possuem uma relação específica com o local de produção. Graças à IG, os consumidores podem confiar e escolher produtos de qualidade, enquanto os produtores podem comercializar mais facilmente suas mercadorias. Os produtos registados como Denominação de Origem Protegida (DOP) são aqueles com ligações mais robustas ao local de fabricação.



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

186 milhões de euros da Comissão Europeia para promover produtos agroalimentares dentro e fora da UE em 2024

A Comissão Europeia [afetará](#) 185,9 milhões de euros em 2024 ao financiamento de atividades de promoção de produtos agroalimentares sustentáveis e de elevada qualidade na UE e fora do seu território. O [programa de trabalho da política de promoção para 2024](#) adotado pela Comissão visa desenvolver novas oportunidades de mercado, tendo simultaneamente em conta as prioridades políticas e a análise das exportações previstas para os mercados existentes e emergentes, bem como os contributos das partes interessadas.

Os convites à apresentação de propostas para as próximas campanhas de 2024 decorrerão entre 18 de janeiro e 14 de maio de 2024. A sua gestão incumbe à [Agência de Execução Europeia da Investigação](#) (REA). A apresentação de propostas e de pedidos de financiamento está aberta a um vasto leque de organizações de produtores e comerciais, e grupos agroalimentares responsáveis pelas atividades de promoção. Os «programas simples» podem ser apresentados por uma ou mais organizações do mesmo país da UE; os «programas multi» são apresentados por, pelo menos, duas organizações nacionais de, pelo menos, dois Estados-Membros, ou por uma ou mais organizações europeias. No sítio Web da REA, está disponível um [mapa de todas as campanhas atualmente em curso](#) no mundo.

Em 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 2024, realizar-se-á uma jornada de informação, em Bruxelas e em linha. O objetivo é clarificar os critérios de elegibilidade e de atribuição, bem como apresentar as experiências dos beneficiários dos programas financiados, e facilitar os contactos entre potenciais parceiros de projeto.

Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE: Conselho aprova conclusões

O Conselho [aprovou](#) as **conclusões sobre uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE** em que fornece orientações políticas à Comissão e aos Estados-Membros com o objetivo de continuar a promover a prosperidade, a resiliência e o tecido social das zonas e comunidades rurais. As conclusões, aprovadas por unanimidade pelos ministros da Agricultura da UE, reconhecem que as zonas rurais contribuem de forma essencial para a **força económica** da UE, as **transições ecológica e digital** e a **ação climática**. Além disso, as conclusões sublinham o papel das zonas rurais na garantia da sustentabilidade e da segurança alimentar, bem como na preservação do **património cultural** das comunidades locais.

As conclusões destacam, em particular, a importância da agricultura, nomeadamente no que diz respeito à garantia da autonomia estratégica aberta dos sistemas alimentares da UE e à redução das dependências externas. Este aspeto é particularmente importante tendo em conta o atual contexto geopolítico. As conclusões destacam a **complexidade e a diversidade das zonas rurais**, salientando os desafios específicos que muitas destas zonas enfrentam, como o declínio demográfico e o envelhecimento da população, as disparidades de género, a conectividade limitada, as infraestruturas subdesenvolvidas ou a falta de oportunidades de emprego adequadas.

Em resposta a estes diferentes desafios, o Conselho apela a uma **abordagem holística** desenvolvida em cooperação com os cidadãos das zonas rurais e com a participação dos órgãos do poder local e regional e das comunidades. Os ministros sublinham igualmente o importante papel dos grupos de ação local no âmbito da iniciativa LEADER e da abordagem ascendente na execução das estratégias de desenvolvimento local de base comunitária. As conclusões reconhecem igualmente que as alterações demográficas estão a ter um impacto negativo nas zonas rurais, conduzindo nomeadamente ao despovoamento. Por conseguinte, os ministros apelam a soluções destinadas a atrair os **jovens**, incluindo os jovens agricultores, para as zonas rurais. As soluções propostas incluem a facilitação do acesso dos jovens ao financiamento e à terra, proporcionar-lhes oportunidades de emprego e formação diversificadas e envolvê-los nos processos decisórios locais.

Relatório sobre a PAC que abrange o período 2023-2027 destaca a mudança para um modelo agrícola sustentável da UE

Um [relatório](#) da Comissão Europeia confirma o importante papel dos planos estratégicos da Política Agrícola Comum (PAC) na salvaguarda dos rendimentos dos agricultores e da segurança alimentar, apoiando simultaneamente a transição da agricultura da UE para um modelo agrícola sustentável.

O relatório confirma que os planos estratégicos nacionais visam aplicar a PAC mais ambiciosa alguma vez alcançada do ponto de vista ambiental e climático no período 2023-2027. O relatório salienta igualmente a necessidade de reforçar os instrumentos de prevenção e gestão dos riscos e de reforçar as estratégias de adaptação às alterações climáticas. Mais informações no [comunicado de imprensa](#).



Ambiente

Conselho aprova Conclusões sobre uma transição social, ecológica e digital

O Conselho dos Negócios Estrangeiros, reunido ao nível dos ministros responsáveis pelo Desenvolvimento, [aprovou](#) as suas conclusões sobre uma transição social, ecológica e digital, nas quais o Conselho reafirma o compromisso da União Europeia e dos seus Estados-Membros para com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As conclusões sublinham que o desenvolvimento sustentável é atualmente entravado pelas alterações climáticas e pela crise ecológica, bem como por choques e conflitos, como as consequências mundiais da pandemia de COVID-19 e da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. Estas múltiplas crises estão a conduzir à desestabilização do panorama geopolítico, agravando os desafios mundiais e aumentando a fragilidade, com um impacto significativo nos países em desenvolvimento.

O Conselho salienta, em particular, que os níveis crescentes de pobreza e desigualdade no interior de países e entre países constituem ameaças para o desenvolvimento sustentável. A fim de não deixar ninguém para trás, há que reforçar e promover uma agenda social forte e positiva, em cooperação com os países parceiros. Neste contexto, o Conselho salienta a forma como as transições social, ecológica e digital espelham os valores da UE, visam reforçar a autonomia dos países parceiros e conferem valor acrescentado às parcerias da UE.

O reforço da coesão social e a facilitação do acesso aos serviços sociais básicos e à proteção social reduzem a pobreza e as desigualdades e têm potencial para promover novos contratos sociais e a inclusão social a nível mundial. O Conselho reafirma o forte empenho da UE em prol de uma sociedade civil capacitada, o que inclui as organizações de defesa dos direitos das mulheres e os movimentos feministas, as organizações de defesa dos direitos da criança e dos direitos das pessoas com deficiência, os defensores dos direitos humanos e os parceiros sociais, bem como um ambiente favorável e acessível para a sociedade civil. O Conselho realça a importância da agenda para a eficácia do desenvolvimento e salienta que as transições social, ecológica e digital exigem uma mobilização substancial e sustentável de recursos financeiros, inclusive através da Estratégia *Global Gateway*.

Neutralidade climática: Conselho pronto para iniciar conversações com o Parlamento sobre o quadro de certificação da UE para as remoções de carbono

O Conselho [adotou](#) o seu mandato de negociação para as conversações com o Parlamento Europeu sobre uma proposta destinada a estabelecer o primeiro quadro de certificação a nível da UE para as remoções de carbono. Este quadro voluntário visa facilitar e acelerar a implantação de atividades de remoção de carbono de elevada qualidade na UE, resultando num impacto climático positivo inequívoco, ao mesmo tempo que combate o branqueamento ecológico.

A proposta estabelece regras de monitorização, comunicação de informações e verificação (MRV) para as remoções de carbono. Ao complementar os esforços de redução das emissões de gases com efeito de estufa, contribuirá para o ambicioso objetivo da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050, tal como estabelecido na Lei Europeia do Clima. O mandato de negociação, que foi acordado ao nível do COREPER, define a posição do Conselho para o início das negociações ("trilogos") com o Parlamento para dar forma ao texto final da legislação.

Remoções de carbono: Parlamento quer que sistema de certificação da UE aumente a adesão

O Parlamento [adotou](#) a sua posição sobre o novo quadro de certificação da UE para a remoção tecnológica e natural de carbono, necessário para alcançar a neutralidade climática da UE até 2050. Com 448 votos a favor, 65 contra e 114 abstenções, os eurodeputados concordaram com a criação de um sistema para melhorar a capacidade da União Europeia (UE) para quantificar,

monitorizar e verificar as remoções de carbono. Este será um instrumento para aumentar as remoções de carbono, reforçar a confiança das partes interessadas e da indústria e combater o branqueamento ecológico.

Os eurodeputados salientam que o sistema deve estar em conformidade com as normas internacionais e defendem a criação de um «registo da UE» para garantir a transparência, fornecer informações ao público, evitar o risco de fraude e a dupla contabilização das remoções de carbono. Consideram igualmente necessário distinguir entre as definições, os critérios de qualidade e as regras relativas às remoções de carbono, à fixação de carbono e ao armazenamento de carbono nos produtos, devido às suas diferenças e ao seu impacto ambiental.

Comissão propõe monitorização abrangente das florestas europeias para melhorar a sua resiliência

A Comissão Europeia propôs um ato legislativo sobre a monitorização das florestas que colmatará as lacunas existentes nas informações sobre as florestas europeias e criará uma base de conhecimentos abrangente sobre as mesmas, a fim de permitir que os Estados-Membros, os proprietários florestais e os gestores florestais respondam melhor às crescentes pressões sobre as florestas e reforcem a sua resiliência. Uma melhor monitorização permitirá tomar medidas para tornar as florestas mais resistentes às ameaças transfronteiriças de pragas, secas e incêndios florestais, que são agravadas pelas alterações climáticas, possibilitará novos modelos de negócio, como a agricultura de carbono, e apoiará o cumprimento da legislação da UE acordada. Mais informações no [comunicado de imprensa](#).

Parlamento adota reformulação de regras para reduzir, reutilizar e reciclar embalagens

O Parlamento [adotou](#) a sua posição sobre as novas regras da União Europeia para embalagens, para combater o aumento constante dos resíduos e impulsionar a reutilização e a reciclagem. Esta quarta-feira, os eurodeputados aprovaram o relatório, que constitui o mandato do Parlamento para as negociações com os governos da UE, com 426 votos a favor, 125 contra e 74 abstenções.

Para além dos objetivos globais de redução das embalagens propostos no regulamento (5% até 2030, 10% até 2035 e 15% até 2040), os eurodeputados pretendem estabelecer metas específicas para reduzir as embalagens de plástico (10% até 2030, 15% até 2035 e 20% até 2040). Os eurodeputados querem proibir a venda de sacos de plástico muito leves (espessura inferior a 15 micrómetros), a menos que tal seja exigido por razões de higiene ou fornecido como embalagem primária para alimentos a granel, para ajudar a evitar o desperdício de alimentos.

Propõem igualmente restringir fortemente a utilização de determinados formatos de embalagem de utilização única, como miniaturas com produtos de higiene pessoal nos hotéis e envolvimento de malas nos aeroportos. Para evitar efeitos adversos para a saúde, os eurodeputados solicitam a proibição da utilização dos chamados «produtos químicos eternos» (substâncias perfluoroalquiladas ou PFAS) e do bisfenol A nas embalagens em contacto com os alimentos.

Os eurodeputados pretendem clarificar os requisitos para que as embalagens sejam reutilizadas ou reabastecidas. Os distribuidores finais de bebidas e alimentos para levar em serviços de restauração, como hotéis, restaurantes e cafés, devem dar aos consumidores a possibilidade de trazerem o seu próprio recipiente. As novas regras exigem que todas as embalagens sejam recicláveis, cumprindo critérios rigorosos a definir através do direito comunitário derivado. Por exemplo, estão previstas certas isenções temporárias para as embalagens de alimentos em madeira e cera. Os eurodeputados querem que os países da UE assegurem que 90% dos materiais contidos nas embalagens (plástico, madeira, metais ferrosos, alumínio, vidro, papel e cartão) sejam recolhidos separadamente até 2029.

Ausência de maioria no Parlamento para legislação destinada a limitar a utilização de pesticidas

O Parlamento Europeu [rejeitou](#) esta quarta-feira uma proposta da Comissão Europeia relativa à utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos. Após o [debate de terça-feira](#), 21 de novembro, 299 eurodeputados votaram pela rejeição da proposta da Comissão, que tinha sido objeto de alterações durante a sessão plenária. Votaram a favor da proposta 207 eurodeputados e 121 abstiveram-se. Com esta votação, o Parlamento rejeitou efetivamente a proposta da Comissão e encerrou a sua primeira leitura. O Conselho tem ainda de decidir a sua posição sobre a proposta, o que para vai determinar se a mesma é definitivamente rejeitada ou se regressa ao Parlamento para segunda leitura.

No âmbito do [Pacto Ecológico Europeu](#), a Comissão propôs, a 22 de junho de 2022, um [regulamento relativo à utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos](#). Este regulamento integra o conjunto de medidas destinadas a reduzir a pegada ambiental do sistema alimentar da UE.

Economia circular: Conselho adota posição sobre uma diretiva que consagra o direito dos consumidores à reparação

O Conselho [adotou](#) a sua posição (ou "mandato de negociação") sobre uma proposta de diretiva relativa a regras comuns para a promoção da reparação de bens, também conhecida como diretiva relativa ao direito à reparação (ou R2R). O texto proposto tem por objetivo eliminar os obstáculos que desencorajam os consumidores de procurar reparação, tais como os inconvenientes, a falta de transparência ou o difícil acesso aos serviços de reparação.

O mandato clarifica as obrigações de reparação dos fabricantes, limita o requisito de prestação de informações sobre serviços de reparação aos que têm a obrigação legal de reparar produtos defeituosos, promove uma plataforma europeia de reparação em linha e introduz uma extensão do período de responsabilidade do vendedor em caso de reparação.

Finanças climáticas: Conselho aprova valores internacionais de financiamento da ação climática para 2022

Em 2022, a União Europeia e os seus 27 Estados-Membros [contribuíram](#) com 28,5 mil milhões de euros em financiamento climático proveniente de fontes públicas e mobilizaram mais 11,9 mil milhões de euros em financiamento privado para apoiar os países em desenvolvimento na redução das suas emissões de gases com efeito de estufa e na adaptação aos impactos das alterações climáticas.

O Conselho aprovou estes valores no dia 24 de novembro, em preparação para a Conferência das Partes das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP28), que terá lugar de 30 de novembro a 12 de dezembro no Dubai, Emirados Árabes Unidos. Os números baseiam-se nas regras da UE em matéria de comunicação de informações sobre o financiamento da luta contra as alterações climáticas estabelecidas no Regulamento Governação.

Em 2022, mais de 54% dos 28,5 mil milhões de euros de financiamento público para os países em desenvolvimento foram dedicados à adaptação às alterações climáticas ou a ações transversais.

A UE e os seus Estados-Membros estão determinados a continuar a honrar os seus compromissos internacionais em termos de financiamento da ação climática, tendo em vista o objetivo coletivo dos países desenvolvidos de mobilizar, até 2025, 100 mil milhões de dólares por ano. Esta determinação é evidenciada pelo novo nível de financiamento da ação climática por parte da UE alcançado em 2022, que representa uma progressão significativa em comparação com anos anteriores.

O financiamento público internacional da ação climática desempenha um papel importante para ajudar os países em desenvolvimento a aplicarem o Acordo de Paris de 2015 sobre as alterações climáticas, a par do financiamento da ação climática proveniente de fontes privadas.

Antes da COP28, os municípios e as regiões da UE sublinham o seu papel na transição energética e climática

Uma semana antes da COP28, a Comissão do Ambiente, Alterações Climáticas e Energia do Comité das Regiões realizou um [debate](#) com representantes de alto nível da Comissão Europeia para avaliar os progressos realizados na transição energética e climática da UE. Embora as emissões líquidas de gases com efeito de estufa da UE tenham diminuído cerca de 3% em 2022, a UE e os Estados-Membros ainda precisam de acelerar a redução das emissões para alcançar a neutralidade climática até 2050. Esta questão torna-se ainda mais urgente à medida que temperaturas recorde, inundações intensas, incêndios florestais e outras catástrofes climáticas estão a ter impacto nas infraestruturas e na saúde das pessoas em toda a Europa.

Durante o debate, os representantes da Comissão Europeia apresentaram as principais conclusões do oitavo relatório sobre o estado da União da Energia, publicado no final de outubro. Yvon Slingenberg, diretor geral adjunto em exercício para a Ação Climática, salientou que são ainda necessários mais esforços, especialmente nos setores da construção e dos transportes, e sublinhou o papel das autoridades locais e regionais na mobilização das partes interessadas locais. Pierre Schellekens, diretor da Estratégia e Coordenação da Política Energética, salientou que a Europa conseguiu reduzir a sua procura de energia após a invasão da Ucrânia pela Rússia, poupando 18% do gás em comparação com os cinco anos anteriores e acumulando reservas, e acelerou a implantação das energias renováveis: em maio de 2023, a energia eólica e solar ultrapassou pela primeira vez a produção total de eletricidade fóssil.



Coesão e Solidariedade Interna

2,8 milhões de euros de ajuda a 421 trabalhadores despedidos na Bélgica

421 trabalhadores da cadeia *Makro Cash & Carry* que [perderam](#) os seus empregos na sequência da falência da empresa vão receber 2,8 milhões de euros de ajuda da UE. Na quarta-feira, o Parlamento Europeu aprovou a candidatura da Bélgica ao apoio do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) para os trabalhadores despedidos. Os eurodeputados reconheceram o papel da pandemia da COVID-19 e da guerra de agressão russa contra a Ucrânia, que reduziram a competitividade económica e estão a ter um impacto negativo no crescimento económico da Bélgica.



Cultura e Comunicação

Estatuto do artista: melhores condições de trabalho para artistas e trabalhadores da cultura

Os eurodeputados [adotaram](#) as suas propostas para medidas da UE, com o intuito de melhorar as condições de vida e de trabalho dos profissionais dos setores artístico, cultural e criativo. Na iniciativa legislativa, aprovada esta terça-feira por 433 votos a favor, 100 contra e 99 abstenções, os eurodeputados salientam que as disparidades entre os sistemas sociais nacionais, as diferentes definições nacionais de artista e as regras aplicáveis aos trabalhadores independentes criam condições injustas.

Sublinham que o setor, que emprega 3,8% da mão de obra da UE e representa 4,4% do PIB, não está suficientemente protegido. Como o setor se caracteriza por padrões de trabalho atípicos, rendimentos irregulares e menor capacidade de negociação contratual, existe o risco mais elevado de trabalho mal remunerado ou não remunerado, de um falso trabalho por conta própria e a [contratos de pagamento único](#). As novas tecnologias digitais, como a Inteligência Artificial, também colocam desafios, referem os eurodeputados no texto. De acordo com um [estudo do Parlamento Europeu](#), em 2021, em Portugal, os trabalhadores da cultura têm duas vezes mais probabilidades de trabalhar por conta própria do que os trabalhadores de outros setores.



RPDC/Coreia do Norte: Declaração da União Europeia sobre o lançamento de um satélite

A União Europeia [condenou](#) veementemente o lançamento pela República Popular Democrática da Coreia (RPDC), em 21 de novembro, de um satélite militar utilizando tecnologia de mísseis balísticos. Este lançamento representa uma clara ameaça para a paz e a segurança internacionais e constitui uma violação flagrante das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que proíbem tais lançamentos. A RPDC tem de pôr termo a todas as ações ilegais e perigosas que agravam as tensões militares na região.

É fundamental que todos os Estados membros das Nações Unidas, em especial os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, instem a RPDC a retomar um diálogo construtivo com todas as partes e assegurem a plena aplicação das sanções da ONU, com vista a que a RPDC abandone todas as suas armas nucleares, outras armas de destruição maciça, programas de mísseis balísticos e programas nucleares existentes, de forma completa, verificável e irreversível, e a que cesse todas as atividades com eles relacionadas. Neste contexto, a UE insta a RPDC e a Rússia a absterem-se de qualquer intercâmbio de equipamento militar, tecnologia de mísseis ou munições, e a respeitarem as sucessivas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas que proíbem claramente quaisquer exportações ou importações de armas que envolvam a RPDC. A UE reitera a sua profunda preocupação com o aprofundamento da cooperação militar entre a Rússia e a RPDC, potencialmente em violação das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como com os relatos de transferências de armas para utilização na guerra ilegal de agressão da Rússia contra a Ucrânia, e condena veementemente quaisquer transferências desse tipo.

O cumprimento imediato pela RPDC das obrigações que lhe incumbem por força das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas é a única via viável para a paz e a segurança sustentáveis na península da Coreia. Em conformidade com o Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares (TNP), a RPDC nunca poderá ter o estatuto de Estado possuidor de armas nucleares. A UE insta a RPDC a que se abstenha de ensaiar armas nucleares, a reafirmar a moratória a esse respeito, e a regressar imediatamente ao pleno cumprimento do TNP enquanto Estado não detentor de armas nucleares e do Acordo de Garantias Generalizadas da Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA), a pôr em vigor o Protocolo Adicional e a assinar e ratificar o Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares. Ao utilizar os seus recursos para apoiar os seus programas ilegais de armas, a RPDC agrava as condições de vida difíceis a que grande parte da sua população se encontra sujeita, assim como a situação em matéria de direitos humanos.



Mulheres no desporto: Conselho aprova conclusões para combater a discriminação baseada no género

O Conselho [aprovou](#) as suas conclusões sobre as mulheres e a igualdade no domínio do desporto. As conclusões salientam a importância do acesso a um campo de jogo seguro, inclusivo e equitativo, livre de qualquer forma de desigualdade, discriminação ou violência. Apesar dos progressos realizados até à data, as mulheres continuam a participar muito menos no desporto e na atividade física do que os homens, em grande parte devido a barreiras socioculturais. No entanto, 8 em cada 10 europeus acreditam que os modelos femininos no desporto inspirariam mais mulheres e raparigas a seguir o seu exemplo. Neste contexto, o Conselho convida os Estados-Membros a garantirem a igualdade de acesso e a plena participação no desporto para todos, independentemente do sexo, com especial destaque para a igualdade de remuneração por trabalho igual no desporto profissional.



União bancária: Conselho define posição comum sobre as cadeias de subscrição indireta

O Conselho [adotou](#) um mandato para encetar negociações com o Parlamento Europeu sobre a proposta relativa às cadeias de subscrição indireta ("Daisy Chains"). A proposta visa uma alteração específica da Diretiva Recuperação e Resolução Bancárias (DRRB) e do Regulamento Mecanismo Único de Resolução (RMUR), a fim de ter em conta determinadas questões relacionadas com o tratamento do "MREL interno" nos grupos de resolução bancária.

A DRRB exige que os bancos e outras instituições de crédito estabelecidos na UE cumpram um requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL"), a fim de assegurar a aplicação eficaz e credível do instrumento de recapitalização interna. O incumprimento do MREL pode causar impactos negativos na capacidade de absorção de perdas e de recapitalização das instituições e, em última análise, na eficácia global da resolução.

Quando um instrumento MREL é emitido por uma filial de um grupo bancário e subscrito direta ou indiretamente pela sua empresa-mãe, é designado por "MREL interno". A filial tem de deduzir as suas participações no MREL interno dos seus fundos próprios, a fim de assegurar a integridade e a capacidade de absorção de perdas dos instrumentos MREL.

Parlamento Europeu aprova acordo de comércio entre a UE e a Nova Zelândia

O Acordo de Comércio Livre (ACL) [eliminará](#) 100% dos direitos aduaneiros da Nova Zelândia sobre as exportações da UE aquando da sua entrada em vigor e eliminará 98,5% dos direitos aduaneiros da UE sobre o comércio neozelandês após sete anos. O acordo, aprovado com 524 votos a favor, 85 contra e 21 abstenções na quarta-feira, salvaguarda todas as indicações geográficas (IG) da UE para vinhos e bebidas espirituosas, juntamente com uma lista de 163 IG de géneros alimentícios da UE. O acordo também defende os produtores europeus de produtos agrícolas sensíveis, como a carne de bovino e vários produtos lácteos. Descrito pelos eurodeputados como um acordo "padrão-ouro", este ACL é o primeiro da UE a incluir compromissos vinculativos em relação ao Acordo de Paris e às normas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O comércio bilateral de mercadorias entre a UE e a Nova Zelândia atingiu 9,1 mil milhões de euros em 2022, sendo a UE o terceiro maior parceiro comercial da Nova Zelândia. O comércio entre a Nova Zelândia e a UE deverá aumentar 30%, de acordo com a Comissão Europeia. Os fluxos de investimento da UE na Nova Zelândia poderão aumentar em mais de 80%, de acordo com as mesmas projeções. O relatório que acompanha a proposta, que define a posição do Parlamento Europeu, foi aprovado por 457 votos a favor, 104 contra e 74 abstenções.

Comissão define principais prioridades do Semestre Europeu para o próximo ano, a fim de reforçar a competitividade da UE

A Comissão Europeia [lançou](#) o ciclo do Semestre Europeu de 2024 para a coordenação das políticas económicas. O pacote de outono baseia-se nas [previsões económicas do outono de 2023](#), que mostraram que a economia da UE continua a ser resiliente face aos múltiplos choques registados nos últimos anos, mas perdeu dinamismo de crescimento em 2023, num contexto de inflação elevada e condições de financiamento mais restritivas, prevendo-se apenas uma subida moderada do crescimento em 2024. Mais informações no [comunicado de imprensa e no documento com perguntas e respostas](#). A conferência de imprensa do vice-presidente executivo Valdis Dombrovskis e dos comissários Paolo Gentiloni e Nicolas Schmit está disponível no canal [EbS](#).

Comissão ajusta eliminação progressiva de determinados instrumentos de crise do Quadro Temporário de Crise e Transição relativo a Medidas de Auxílio Estatal

A Comissão Europeia [adotou](#) uma [alteração](#) ao [Quadro Temporário de Crise e Transição relativo a Medidas de Auxílio Estatal](#), a fim de prorrogar por seis meses um número limitado de secções do quadro destinadas a dar uma resposta à crise na sequência da agressão da Rússia contra a Ucrânia e do aumento sem precedentes dos preços da energia. Em especial, tendo em conta as reações recebidas dos Estados-Membros, a alteração hoje apresentada adia a eliminação progressiva das disposições que permitem aos Estados-Membros conceder montantes de auxílio limitados (secção 2.1 do quadro) e auxílios para compensação dos elevados preços da energia (secção 2.4 do quadro). Com este ajustamento parcial do calendário de eliminação progressiva do Quadro Temporário de Crise e Transição, os Estados-Membros podem manter os seus regimes de apoio a fim de abranger o próximo período de aquecimento invernal como rede de segurança, caso determinadas empresas continuem a ser afetadas pela perturbação económica causada pela guerra da Rússia contra a Ucrânia. Ao mesmo tempo, os Estados-Membros disporão de mais tempo para além do período de aquecimento invernal para aplicarem as medidas que se imponham. Tal ajudará os Estados-Membros na aplicação prática das medidas de apoio.

Eurobarómetro: maioria dos portugueses considera que o euro é bom para Portugal

De acordo com o último **inquérito Eurobarómetro** da Comissão Europeia, **o apoio público ao euro continua a ser muito forte**. O inquérito conclui que **79% dos inquiridos consideram que ter o euro é uma coisa positiva para a UE e 69% consideram que é uma coisa positiva para o seu próprio país** - percentagens idênticas às dos portugueses inquiridos, 78% e 69% respetivamente.

Além disso, os resultados mostram um **elevado nível de apoio ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência**, o instrumento no cerne do [NextGenerationEU](#). Uma grande maioria dos europeus inquiridos (70%) e portugueses (69%) apoia a ideia de um plano de recuperação que apoie todos os Estados-Membros, desde que realizem reformas e investimentos ecológicos, digitais e sociais.

O inquérito procurou igualmente recolher as opiniões dos cidadãos sobre questões relacionadas com as moedas e notas de euro. Concluiu que 66% dos inquiridos são a favor da **abolição das moedas de 1 e 2 cêntimos**, refletindo um nível elevado e estável de apoio, maioritário em todos os países da área do euro. Os resultados completos do inquérito Eurobarómetro estão disponíveis neste [sítio Web](#) e os dados relativos a Portugal [aqui](#).



Educação

Conselho aprova recomendações para preparar europeus para a era digital

O Conselho adotou [recomendações](#) sobre os principais fatores facilitadores do êxito da educação e da formação digitais e sobre a melhoria da oferta de aptidões e competências digitais na educação e na formação no dia 23 de novembro. O Conselho procura responder à necessidade de preparar a educação para a transformação digital e torná-la capaz de acompanhar a evolução dos tempos.

Para o Conselho, e no contexto do Ano Europeu das Competências (2023), é importante centrar a atenção nas necessidades da educação e da formação no que diz respeito à transformação digital, tomando medidas a todos os níveis de ensino, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida e para todos os grupos da população.

Aptidões e competências digitais e educação e formação digitais coroadas de êxito: preparação para a era digital

O Conselho [adotou](#) recomendações sobre os principais fatores facilitadores do êxito da educação e da formação digitais e sobre a melhoria da oferta de aptidões e competências digitais na educação e na formação. Com este pacote, o Conselho está a dar resposta à necessidade de **preparar a educação para uma verdadeira transformação digital** e torná-la capaz de acompanhar a evolução dos tempos, **proporcionando simultaneamente as aptidões e competências** que são, e serão, necessárias nesta nova realidade.

Valores europeus comuns e cidadania democrática: o papel da educação e da formação em destaque

Na perspetiva das eleições europeias, e numa altura em que a democracia está sob pressão e não pode ser considerada um dado adquirido, importa mais do que nunca moldar cidadãos ativos que sejam conscientes dos valores que partilham. Partindo desta premissa, os ministros aprovaram conclusões sobre o contributo da educação e da formação para reforçar os valores europeus comuns e a cidadania democrática.

Os Estados-Membros, juntamente com a Comissão, são ainda [convidados](#) a impulsionar a educação sobre os valores europeus comuns e a promover a cidadania democrática na agenda estratégica da educação e da formação. Tal inclui medidas como a mobilidade, a geminação e a cooperação transnacional em toda a comunidade educativa europeia. As ações Erasmus+ fazem igualmente parte daquilo que pode contribuir para um melhor conhecimento da UE, dos seus valores e dos seus processos democráticos.



Energia

Comissão anuncia novas regras de conceção ecológica e de rotulagem energética para os secadores de roupa para uso doméstico

A Comissão [publicou](#) novas regras comunitárias de conceção ecológica destinadas a reduzir o consumo de energia dos secadores de roupa domésticos e a facilitar a sua reparação. As novas regras substituem a atual conceção ecológica e serão acompanhadas de um novo rótulo energético que se aplicará aos secadores de roupa para uso doméstico colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2025.

Tendo em conta os últimos desenvolvimentos tecnológicos, só serão autorizados no mercado os secadores de roupa baseados na tecnologia de bomba de calor. Além disso, o rótulo energético foi modernizado e reescalonado, passando de uma gama de “A+++” a “D” para uma gama de “A” a “G”. A classe “A” aplicar-se-á apenas aos melhores produtos da sua classe, criando um incentivo para que os fabricantes desenvolvam aparelhos de elevado desempenho e eficiência energética. Os fabricantes terão também de respeitar critérios de sustentabilidade, que incluem a obrigação de disponibilizar uma lista de peças sobresselentes aos consumidores e às oficinas de reparação, o que constitui mais um incentivo para reparar os produtos domésticos em vez de os deitar fora.

Prevê-se que as medidas publicadas conduzam, até 2040, a uma poupança cumulativa de energia e de emissões de gases com efeito de estufa estimada em 15 TWh e 1,7 milhões de toneladas de CO2 equivalente, respetivamente. Este valor pode ser comparado com o consumo anual de eletricidade de cerca de 2,6 milhões de veículos elétricos. A melhoria da eficiência energética resultante das novas medidas tem o potencial de poupar cerca de 2,8 mil milhões de euros aos consumidores.

Comissão lança o primeiro leilão do Banco Europeu de Hidrogénio com 800 milhões de euros de subvenções para a produção de hidrogénio renovável

A Comissão [lançou](#) o primeiro leilão no âmbito do Banco Europeu de Hidrogénio para apoiar a produção de hidrogénio renovável na Europa, com um montante inicial de 800 milhões de euros de receitas do comércio de licenças de emissão, canalizadas através do Fundo de Inovação. Os produtores de hidrogénio renovável podem candidatar-se a apoio sob a forma de um prémio fixo por quilograma de hidrogénio produzido. O prémio destina-se a colmatar a diferença entre o preço de produção e o preço que os consumidores estão atualmente dispostos a pagar, num mercado em que a produção de hidrogénio não renovável continua a ser mais barata.

O Banco de Hidrogénio complementa outros instrumentos políticos destinados a criar um mercado para o hidrogénio renovável, a estimular os investimentos na capacidade de produção e a aumentar a escala da produção. O hidrogénio renovável tem um papel fundamental a desempenhar no futuro cabaz energético da Europa, em especial para a descarbonização da indústria pesada e de alguns sectores dos transportes, substituindo os combustíveis fósseis. Ao permitir uma implantação mais rápida de tecnologias inovadoras de hidrogénio, o leilão-piloto contribuirá para o objetivo do plano *REPowerEU* de produzir 10 milhões de toneladas de hidrogénio a nível nacional até 2030.



Estado de Direito

Parlamento quer melhorar a defesa dos direitos das crianças

Os eurodeputados [apelam](#) a uma melhor proteção das crianças e das suas famílias e instam os Estados-Membros a adotarem os planos de ação nacionais da Garantia para a Infância. Na terça-feira, o Parlamento aprovou, por 386 votos a favor, 87 contra e 141 abstenções, um relatório para reduzir as desigualdades e promover a inclusão social em tempos de crise para as crianças e suas famílias na União Europeia (UE). Os eurodeputados também aprovaram uma resolução que insta os Estados-Membros a assegurarem a plena implementação da Garantia para a Infância. No relatório, os eurodeputados apelam a uma melhor integração dos serviços sociais,

educativos e de emprego para ajudar a quebrar o círculo vicioso da pobreza. Desta forma, querem proteger as crianças e as suas famílias em risco de pobreza, particularmente em tempos de crise.

Os eurodeputados pedem aos governos dos Estados-Membros para que garantam o acesso efetivo e gratuito a serviços essenciais, como a educação e as atividades escolares, os cuidados de saúde, bem como uma refeição saudável por dia escolar e o acesso efetivo a uma alimentação saudável e a uma habitação adequada. Esta abordagem multidimensional diz igualmente respeito a políticas de benefícios e licenças adequadas, bem como a um mercado de trabalho acessível e justo.

A Garantia Europeia para a Infância, criada por uma [recomendação do Conselho em junho de 2021](#), visa combater a pobreza infantil garantindo o acesso a serviços básicos como os cuidados de saúde e a educação. Até à data, 25 dos 27 Estados-Membros da UE adotaram os seus planos de ação nacionais para a Garantia para a Infância. O Parlamento insta os restantes Estados-Membros a adotarem também urgentemente os seus planos nacionais.

Estes planos nacionais diferem entre os Estados-Membros — nem todos incluem novas medidas para combater a pobreza infantil e a exclusão social ou dispõem de um orçamento, calendário e mecanismo de acompanhamento claros. O Parlamento insta todos os Estados-Membros a assegurarem a plena aplicação e a avaliação eficaz dos seus planos e reitera o apelo a um aumento urgente do financiamento da Garantia Europeia para a Infância.



Igualdade de género, LGBTQI, Inclusão social, Migrações, Cidadania

Igualdade de género: A União Europeia prolonga a duração do Plano de Ação em matéria de igualdade de género na ação externa para consolidar os resultados conseguidos, tendo em vista um mundo igualitário entre homens e mulheres

Segundo um [relatório intercalar](#) conjunto da Comissão Europeia e do Serviço Europeu para a Ação Externa sobre a execução do GAP III, [que acaba de ser publicado](#), no período de 2021-2022, durante os primeiros anos do novo Plano de Ação da UE em matéria de Igualdade de Género (GAP III), a União Europeia autorizou um montante de 22,4 mil milhões de euros para contribuir para a construção de um mundo mais igualitário entre homens e mulheres. A UE tem apoiado os países parceiros e a sociedade civil na melhoria da igualdade de género, com resultados transformativos, incluindo uma maior proteção das mulheres e das raparigas contra a violência baseada no género, uma maior participação na vida pública e política, um melhor acesso à educação, à saúde e à proteção social, bem como o empoderamento económico, no âmbito da abordagem Equipa Europa. A fim de tirar partido destas realizações, a UE prolonga a duração do Plano de Ação em matéria de Igualdade de Género de 2025 para 2027 com vista a um mundo igualitário entre homens e mulheres.

O Plano de Ação em matéria de Igualdade de Género é a ambiciosa estratégia da UE para contribuir para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 5, e acelerar os avanços em matéria de igualdade de género e de empoderamento das mulheres enquanto prioridade de todas as políticas e ações externas da UE, e igualmente como elemento central da estratégia Global Gateway. O Plano visa empoderar as mulheres e as raparigas em toda a sua diversidade para que participem e exerçam um papel de liderança, em condições de igualdade, na vida social, económica e política, e para terem uma palavra a dizer em todos os processos de decisão, tanto de âmbito público como privado.

Comissão partilha boas práticas a fim de reforçar a cooperação entre os Estados-Membros no que respeita aos procedimentos de asilo

A Comissão Europeia [apresentou](#) uma série de boas práticas a fim de garantir a eficácia do [Regulamento Dublin III](#), que foi anunciado pela presidente von der Leyen em Junho no contexto do processo de implementação do Roteiro de Dublin. Na carta por ela enviada aos Estados-Membros antes do Conselho de fevereiro de 2023, a presidente von der Leyen comprometeu-se a implementar integralmente o Roteiro de Dublin, que havia sido desenvolvido pela Comissão e aprovado pelos Estados-Membros em novembro de 2022. O Roteiro de Dublin estabelece medidas práticas para reduzir os incentivos aos movimentos secundários graças a um reforço da cooperação entre os Estados-Membros. A **Comissão identifica**, no «[Roteiro de Dublin em ação - aumentar a eficácia do Regulamento Dublin III: identificar as boas práticas adotadas pelos Estados-Membros](#)», uma série de boas práticas que poderão ter um impacto positivo em termos do funcionamento do procedimento de Dublin.

Nacionais de países terceiros: UE atualiza regras relativas ao estatuto de residente de longa duração

Numa reunião do Comité de Representantes Permanentes do Conselho, os Estados-Membros da UE [chegaram](#) a acordo sobre o seu mandato de negociação para atualizar a Diretiva Residentes de Longa Duração da UE. Esta diretiva estabelece as condições em que os nacionais de países terceiros podem adquirir o estatuto de residente de longa duração da UE. Para adquirirem o estatuto de residente de longa duração da UE, os nacionais de países terceiros têm de residir legal e continuamente num Estado-Membro durante, pelo menos, cinco anos. Este estatuto da UE coexiste com os regimes nacionais de residentes de longa duração.

De acordo com a posição do Conselho, os nacionais de países terceiros podem acumular períodos de residência de até dois anos noutros Estados-Membros a fim de cumprirem os requisitos do período de residência de cinco anos. No entanto, no caso dos requerentes que tenham residido noutro Estado-Membro, o Conselho decidiu aceitar apenas certos tipos de autorizações de residência

legal, como os titulares de cartões azuis da UE ou de autorizações de residência emitidas para efeitos de emprego altamente qualificado.

Aplicar-se-ão determinadas condições para que os requerentes possam adquirir o estatuto de residente de longa duração. Por exemplo, os requerentes de países terceiros têm de apresentar provas de que dispõem de recursos estáveis e regulares suficientes para a sua subsistência e a dos membros da sua família, bem como de um seguro de doença. Os Estados-Membros podem igualmente exigir que os nacionais de países terceiros cumpram condições de integração. O estatuto de residente de longa duração é permanente. Contudo, pode ser retirado em certos casos, por exemplo, se uma pessoa não tiver a sua residência principal na UE durante um determinado período de tempo.



Indústria

Novas regras da UE incentivam reparação em vez de substituição de equipamentos

O Parlamento Europeu [adotou](#) a sua posição de negociação sobre novas medidas para reforçar o direito à reparação e para reduzir o impacto ambiental do consumo em massa. Na terça-feira, o Parlamento adotou a sua posição sobre um reforçado «direito à reparação» para os consumidores, por 590 votos a favor, 15 votos contra e 15 abstenções. A proposta visa incentivar um consumo mais sustentável, facilitando a reparação de produtos defeituosos, reduzindo os resíduos e apoiando o setor da reparação.

Durante o período de garantia legal, os vendedores serão obrigados a dar prioridade à reparação se esta for mais barata ou igual em termos de custos para substituir um produto, a menos que a reparação não seja viável ou seja inconveniente para o consumidor. Os eurodeputados propõem também o prolongamento da garantia legal por um ano após o arranjo de um produto.

Os consumidores terão o direito de pedir a reparação de produtos como máquinas de lavar roupa, aspiradores, telemóveis inteligentes e bicicletas depois do fim da garantia. Para tornar as reparações mais atrativas para os consumidores, os eurodeputados querem que os produtores disponibilizem equipamentos de substituição durante todo o período de reparação. Se um produto não puder ser reparado, poderá ser oferecido um produto recondicionado.

Os consumidores são frequentemente desencorajados de reparar um produto devido aos custos elevados, à dificuldade de acesso a serviços de reparação ou a características de conceção que impedem a reparação. De acordo com a posição do Parlamento, as oficinas de reparação independentes, os responsáveis pelo recondicionamento e os utilizadores finais terão acesso a todas as peças sobresselentes, informações sobre reparações e ferramentas a um custo razoável.

Serão criadas plataformas digitais para ajudar os consumidores a encontrar oficinas de reparação locais (incluindo *repair cafés*) e vendedores de produtos recondicionados na sua zona. Para tornar as reparações mais acessíveis e atrativas, os eurodeputados propõem que se ofereçam vales e outros incentivos financeiros aos consumidores, através de fundos nacionais para a reparação.

Parlamento apoia medidas para impulsionar fabrico de produtos com tecnologia de impacto zero

O Parlamento [adotou](#), esta terça-feira, a sua posição sobre a legislação para reforçar a produção industrial da Europa nas tecnologias necessárias à descarbonização. A lei «Indústria de Impacto Zero» define como objetivo a produção de 40% das necessidades anuais europeias de implantação de tecnologias de impacto zero até 2030, com base nos planos nacionais em matéria de energia e clima (PNEC), e de cobrir pelo menos 25% do valor de mercado global destas tecnologias. Pretende igualmente fazer face aos desafios que se colocam à expansão das capacidades de fabrico destas tecnologias.

Nas suas alterações, os eurodeputados alargaram o âmbito da proposta de regulamento para abranger toda a cadeia de abastecimento, incluindo componentes, materiais e máquinas para a produção de tecnologias de impacto zero. Propõem uma lista mais ampla e abrangente de tecnologias a abranger, que será atualizada periodicamente, que inclui tecnologias de cisão e fusão nucleares, combustíveis de aviação sustentáveis e tecnologias industriais específicas.

A lei mantém duas classificações de projetos: projetos de fabrico de tecnologias de impacto zero e projetos estratégicos de impacto zero. Visa igualmente racionalizar o processo de licenciamento, estabelecendo um calendário de 9 a 12 meses para os projetos regulares e de 6 a 9 meses para os projetos estratégicos serem autorizados. Os eurodeputados propõem a criação de iniciativas «Vales industriais de impacto zero», acelerando o processo de licenciamento através da delegação de partes da recolha de dados de avaliação ambiental nos Estados-Membros.

A legislação afetará financiamento a partir das receitas do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão (CELE) nacionais e para a maioria dos projetos estratégicos através da Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP), um passo no sentido de um fundo de soberania europeu, dizem os eurodeputados.



Instituições

Conselho dá luz verde ao orçamento anual da UE para 2024

O Conselho [aprovou](#) o projeto comum do orçamento geral da UE para 2024. O projeto comum foi acordado nas negociações com o Parlamento Europeu em 11 de novembro. O total das autorizações foi fixado em **189 385,4 milhões de euros** e o total dos pagamentos em **142 630,3 milhões de euros**. Ficam disponíveis **360 milhões de euros** dentro dos limites máximos de despesas do atual quadro financeiro plurianual para 2021-2027, o que permite à UE reagir a necessidades imprevistas.

O orçamento do próximo ano reflete fortemente as principais prioridades da UE, incluindo a recuperação económica e as transições ecológica e digital, e constitui uma resposta ao difícil contexto geopolítico atual. As autorizações são compromissos juridicamente vinculativos de afetar fundos a atividades que são executadas ao longo de vários anos. Os pagamentos cobrem as despesas decorrentes de autorizações concedidas durante o exercício em curso ou os exercícios anteriores. A adoção do orçamento será declarada pelo Parlamento Europeu assim que este também tiver aprovado o projeto comum. O Conselho e o Parlamento dispõem cada um de um prazo de catorze dias a contar de 11 de novembro de 2023 para o aprovar.

Parlamento adota orçamento da UE para 2024: investigação, juventude e desafios externos

Os eurodeputados [asseguram](#), através do orçamento da UE para o próximo ano, um melhor e mais eficaz apoio para enfrentar os desafios globais, e proteger os jovens e a investigação. Num acordo com os Estados-Membros, alcançado no sábado, 11 de novembro, o Parlamento Europeu garantiu um montante adicional de 666,5 milhões de euros para as suas prioridades, para além do montante inicialmente proposto pela Comissão na [proposta de orçamento](#). Os eurodeputados aumentaram o financiamento de programas e políticas cruciais para enfrentar as consequências da guerra na Ucrânia e os desafios globais, bem como apoiar os jovens, incluindo os jovens agricultores. Os eurodeputados asseguraram igualmente mais financiamento para os programas que contribuem para a recuperação pós-pandemia, a luta contra o antisemitismo e o reforço dos esforços para a transição ecológica, em consonância com as [prioridades do Parlamento](#).

Futuro da União Europeia: propostas do Parlamento para alterar os Tratados

Na sequência da Conferência sobre o Futuro da Europa e no contexto de desafios sem precedentes e de múltiplas crises, os eurodeputados [apresentaram](#) propostas para alterar a União Europeia. O Parlamento defende reformas que reforcem a capacidade da UE para agir e reforçar a voz dos cidadãos. Entre as propostas apresentadas pelos eurodeputados destacam-se as seguintes: sistema mais bicameralista e com menos bloqueios no Conselho, através de mais decisões por [maioria qualificada](#) e do [processo legislativo ordinário](#); direito de iniciativa legislativa em toda a sua plenitude e um papel de colegislador do Parlamento para o [orçamento de longo prazo](#); revisão das regras relativas à composição da Comissão Europeia (reclassificada como «executivo europeu»), incluindo a eleição do/da seu/sua presidente (com a nomeação a ser feita pelo Parlamento e a aprovação pelo Conselho Europeu – uma inversão do processo atual) e limitando a 15 o número de comissários (rotativo entre os Estados-Membros), permitindo ao/à presidente da Comissão escolher o seu Colégio com base em preferências políticas, tendo em conta o equilíbrio geográfico e demográfico, e um mecanismo de censura individual de comissários; maior transparência no Conselho através da publicação das posições dos Estados-Membros da UE sobre questões legislativas; e mais voz aos cidadãos através da obrigação de a UE criar mecanismos de participação adequados e de conferir aos partidos políticos europeus um papel mais importante.

Os eurodeputados pedem mais poderes para a UE no que respeita às questões ambientais, bem como competências partilhadas nos seguintes domínios atualmente da competência exclusiva dos países da UE: saúde pública (em particular, ameaças transfronteiriças e incluindo direitos da saúde sexual e reprodutiva), proteção civil, indústria e educação. As atuais competências partilhadas devem continuar a ser desenvolvidas nos domínios da energia, dos assuntos externos, da segurança externa e da defesa, da política de fronteiras externas e das infraestruturas transfronteiriças.



Investigação e Inovação Científica, Ciência

Comissão lança convite à apresentação de propostas no valor de 4 mil milhões de euros para tecnologias de impacto zero no âmbito do Fundo de Inovação

A Comissão [abre](#) o convite à apresentação de propostas do [Fundo de Inovação](#) de 2023, com um orçamento recorde de **4 mil milhões de euros para apoiar a implantação de tecnologias de descarbonização inovadoras**. O convite é financiado por receitas provenientes do [Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE \(CELE\)](#), realçando a importância da tarifação do carbono para a transição ecológica. A Comissão aumentou os fundos globais disponíveis e duplicou o orçamento destinado a projetos de produção de tecnologias limpas relativamente ao convite anterior. **Estão disponíveis 1,4 mil milhões de euros para reforçar a capacidade de produção industrial, a liderança tecnológica e a robustez da cadeia de abastecimento na Europa.**

Os projetos serão avaliados com base no seu potencial de redução das emissões de gases com efeito de estufa, grau de inovação, maturidade, reprodutibilidade e relação custo-eficácia. O Fundo de Inovação pode cobrir até 60 % dos custos relevantes de um projeto. Os projetos situados no EEE podem candidatar-se e, na sequência da recente revisão da Diretiva CELE, os convites à apresentação de propostas do Fundo de Inovação estão agora também abertos aos setores dos transportes marítimos, dos transportes rodoviários e dos edifícios, além das tecnologias nas indústrias com utilização intensiva de energia (incluindo a aviação), nas energias renováveis ou no armazenamento de energia. Os projetos promissores que não tenham maturidade suficiente para uma subvenção ou que não sejam selecionados para financiamento devido a limitações orçamentais podem beneficiar da [assistência ao desenvolvimento de projetos \(PDA\) do Banco Europeu de Investimento](#).

Os promotores de projetos podem candidatar-se através do [Portal Financiamento e Concursos da UE](#) até às 17h00 (HEC) de 9 de abril de 2024. É aconselhável que os candidatos participem na [jornada de informação do concurso IF23](#), que terá lugar em linha no dia 7 de dezembro de 2023. Este encontro constitui uma oportunidade para conhecer as novas funcionalidades e o processo de candidatura e pôr questões à [Agência de Execução Europeia do Clima, das Infraestruturas e do Ambiente \(CINEA\)](#), que executa os convites à apresentação de propostas do Fundo de Inovação. Os [pontos de contacto nacionais](#) do Fundo de Inovação também organizam [jornadas de informação na maioria dos Estados-Membros](#).



Mobilidade

Parlamento apoia novas regras para reduzir poluição causada por camiões e autocarros

Os eurodeputados [estão](#) prontos para começar a negociar as novas medidas para reduzir as emissões de CO2 para os novos veículos pesados, que incluem autocarros, camiões e reboques. O Parlamento aprovou, esta terça-feira, a sua posição de negociação com os governos da União Europeia (UE), por 445 votos a favor, 152 votos contra e 30 abstenções. Os eurodeputados querem o reforço das metas de redução das emissões de CO2 para camiões médios e pesados, incluindo veículos de serviço (como camiões de lixo, camiões basculantes ou camiões-betoneira) e autocarros. As metas seriam de 45% para o período 2030-2034, 65% para 2035-2039 e 90% a partir de 2040. Os eurodeputados estão de acordo com a proposta da Comissão de permitir o registo apenas de autocarros urbanos novos com emissões nulas a partir de 2030 e propõem uma isenção temporária (até 2035) para os autocarros urbanos alimentados a biometano, sob condições estritas.



Prémios

Comissão anuncia os projetos vencedores em Espanha, Áustria, Bulgária e Portugal dos Prémios #BeActive 2023 que apoiam iniciativas para um estilo de vida saudável e ativo

Iliana Ivanova, Comissária da Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, [anunciou](#) oficialmente os [vencedores](#) da nona edição dos Prémios #BeActive que homenageiam projetos e indivíduos dedicados à promoção do desporto e da atividade física em toda a Europa no dia 23 de novembro

No total, [12 finalistas](#) competiram pelo grande prémio em quatro categorias: educação, local de trabalho, herói local e através de gerações. O vencedor do Prémio #BeActive Across Generations é o Município de Vila Nova de Cerveira (Portugal) pelo seu projeto de incentivo e motivação dos cidadãos, especialmente da comunidade idosa, para a adoção de estilos de vida saudáveis. Os quatro vencedores receberam 10 000€ e cada finalista recebeu 2 500€, o que lhes permite apoiar, inovar e desenvolver ações realizadas no âmbito dos seus projetos de valor desportivo.



Proteção Civil

2022 foi o segundo pior ano de sempre no que respeita aos incêndios florestais, um alerta do que nos espera devido às alterações climáticas

Segundo o [novo](#) relatório sobre os [incêndios florestais na Europa, no Médio Oriente e no norte de África](#) publicado pelo Centro Comum de Investigação da Comissão, em 2022 arderam quase 900 000 hectares de terrenos, o que corresponde, aproximadamente, à superfície total da Córsega. Desde que o [Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais](#) (EFFIS) começou a funcionar, em 2000, 2022 é o segundo pior ano de incêndios de sempre, apenas superado por 2017, ano em que arderam 1,3 milhões de hectares de terrenos.

Pelo terceiro ano consecutivo, incêndios florestais de uma dimensão sem precedentes causaram graves danos ambientais e económicos na UE e provocaram a perda trágica de vidas humanas. Muito embora os incêndios (96 %) resultem principalmente de ações humanas, são agravados pelas condições perigosas provocadas pelas alterações climáticas. Os incêndios afetaram, nomeadamente, os sítios [Natura 2000](#), verdadeiros reservatórios de biodiversidade da UE, que representam cerca de 43 % da superfície total ardida (cerca de 365 000 dos 900 000 hectares ardidos). De acordo com o relatório acima referido, em 2022, a superfície total de terrenos ardidos situados nas zonas protegidas da rede Natura 2000 foi a mais extensa da última década.

Trata-se de um sinal de alerta para a destruição que o aquecimento global poderá vir a causar nos próximos anos, à medida que, em muitos países europeus, as temperaturas forem aumentando e as secas vão sendo cada vez mais devastadoras. Graças às medidas de prevenção adotadas pela UE e pelos seus Estados-Membros e à melhoria dos trabalhos de preparação e das operações de combate a incêndios, em 2022 foi possível limitar o número de vítimas. A publicação do relatório ocorre no contexto da apresentação, pela

Comissão, de um **regulamento relativo à monitorização das florestas** que deverá colmatar as lacunas existentes a nível das informações disponíveis sobre as florestas europeias e permitirá criar uma base de conhecimentos sobre estas últimas.



Solidariedade Externa da União Europeia, Diplomacia, Cooperação

Cimeira UE-Canadá 2023 - Declaração conjunta

Os líderes do Canadá e da União Europeia [reuniram-se](#) em St. John's, Terra Nova e Labrador, para reafirmar a parceria estratégica, fazer avançar a cooperação e responder a desafios prementes. Num mundo mais complexo, competitivo e imprevisível, foi afirmado que é mais importante do que nunca trabalhar em conjunto para promover os valores partilhados dos direitos humanos, democracia, Estado de direito e uma ordem internacional assente em regras, bem como para prosseguir os interesses comuns. Ambos os blocos estão firmemente unidos na procura da paz, da estabilidade e da prosperidade no mundo, incluindo na Ucrânia e no Médio Oriente.

Conselho aprova conclusões sobre a abordagem da Equipa Europa

O Conselho dos Negócios Estrangeiros [aprovou](#) as conclusões sobre a abordagem da Equipa Europa. O Conselho sublinha que, desde a criação da abordagem da Equipa Europa, o mundo tem vindo a enfrentar uma série de crises interligadas, incluindo a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a pandemia de COVID-19, bem como as suas atuais consequências.

Estas múltiplas crises estão a enfraquecer as capacidades dos países parceiros para fazer face aos desafios persistentes da pobreza, das alterações climáticas e da degradação ambiental, dos conflitos, da insegurança alimentar, das crescentes desigualdades e da recessão económica, com graves repercussões na migração e nas deslocações forçadas.

O Conselho considera que a abordagem da Equipa Europa aumenta a capacidade da UE e dos seus Estados-Membros de trabalharem em conjunto com os países parceiros para enfrentar estes e outros desafios globais, atenuar as suas consequências e permitir uma transição social, ecológica e digital, defendendo simultaneamente os direitos humanos, a democracia, o Estado de direito e a igualdade de género.

O Conselho considera igualmente que é oportuno fazer um balanço da abordagem da Equipa Europa, no contexto da evolução da cooperação europeia para o desenvolvimento, nomeadamente à luz do lançamento em 2021 da Estratégia Global Gateway e da aproximação da fase intercalar da aplicação do Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional - Europa Global (IVDCI-EG).

Comissão finaliza revisão da ajuda da UE à Palestina

A Comissão [publicou](#) os resultados da sua revisão acerca da assistência financeira em curso da UE a favor da Palestina, anunciada dois dias após o atentado terrorista do Hamas contra Israel, em 7 de outubro. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, salientou que: «A UE é o maior doador internacional de ajuda aos palestinianos. Após os terríveis acontecimentos de 7 de outubro, foi necessária uma revisão cuidadosa da nossa assistência financeira. Esta revisão confirmou que as salvaguardas em vigor são eficazes. Estão atualmente em curso trabalhos sobre o nosso futuro apoio aos palestinianos, tendo em conta a evolução da situação.» A revisão demonstrou que os controlos da Comissão e as salvaguardas em vigor — que sofreram um reforço significativo nos últimos anos — funcionam bem e que, até à data, não foram encontradas provas de que o dinheiro tenha sido desviado para outros fins. Mais informações no [comunicado de imprensa](#).

Comissão atribui mais 1,5 mil milhões de euros em assistência à Ucrânia

A Comissão [pagou](#) 1,5 mil milhões de euros ao abrigo do pacote de [assistência macrofinanceira +](#) a favor da **Ucrânia**, com um valor máximo que pode ir até aos 18 mil milhões de euros. Através deste instrumento, a UE procura ajudar a Ucrânia a cobrir as suas necessidades imediatas de financiamento, garantindo um **apoio financeiro estável, previsível e substancial** em **2023**. Com o pagamento, a Ucrânia recebeu até à data **16,5 mil milhões de euros** este ano ao abrigo da assistência macrofinanceira +. Este apoio ajudará a Ucrânia a continuar a pagar **salários e pensões** e a manter em funcionamento **serviços públicos essenciais**, como hospitais, escolas e alojamento para as pessoas deslocadas. Permitirá igualmente à Ucrânia assegurar a **estabilidade macroeconómica** e restaurar as **infraestruturas críticas destruídas pela Rússia** na sua guerra de agressão, como as infraestruturas energéticas, os sistemas de abastecimento de água, as redes de transportes, as estradas e as pontes.

União Europeia precisa de aumentar substancialmente os orçamentos da ajuda humanitária

Os eurodeputados [exigem](#) que a União Europeia adote uma abordagem de ajuda humanitária mais inovadora e mais financiamento, que reflita a realidade geopolítica mundial contemporânea. O Parlamento aprovou esta quinta-feira um relatório sobre a forma de desenvolver uma estratégia inovadora de ajuda humanitária, com destaque para as crises atuais e esquecidas.

No relatório — aprovado por 432 votos a favor, 33 contra e 98 abstenções — os eurodeputados pedem à Comissão e aos Estados-Membros que aumentem substancialmente os seus orçamentos para a ajuda humanitária sem comprometer as despesas com o desenvolvimento. Manifestam o seu apoio às conclusões do Conselho adotadas em maio de 2023, que incentivam os Estados-Membros a consagrar 10% da sua ajuda ao desenvolvimento em ajuda humanitária. Para conseguir esta meta, pedem-lhes que preparem um roteiro.

Para ajudar a resolver o crescente défice de financiamento humanitário, os eurodeputados defendem que a UE deve, no âmbito da sua revisão orçamental para 2021-2027, aumentar substancialmente o orçamento da ajuda humanitária. Tal refletiria o novo panorama humanitário, com crises de grande visibilidade e também esquecidas, que levam as capacidades mundiais de ajuda ao limite, dando à UE maior capacidade de resposta às necessidades urgentes dos mais vulneráveis. Segundo os eurodeputados, este financiamento deve ser complementar em vez de substituir o financiamento existente.

Comissão insta os Estados-Membros a intensificar a cooperação Schengen

A Comissão [adotou](#) uma [recomendação](#) que visa reforçar a cooperação entre os Estados-Membros no espaço Schengen. A recomendação é acompanhada de um relatório sobre as consultas realizadas pelo coordenador Schengen com os Estados-Membros relacionadas com os controlos duradouros nas fronteiras internas. Entre maio e novembro de 2023, teve lugar um processo de consulta formal com os Estados-Membros que reintroduziram controlos nas fronteiras, bem como com os Estados-Membros afetados por tais controlos.

O espaço Schengen é o espaço sem controlos nas fronteiras internas subjacente à liberdade de circulação de mais de 425 milhões de cidadãos da UE, bem como dos nacionais de países terceiros que vivem ou visitam a UE. A reintrodução de controlos nas fronteiras deve continuar a ser excecional, estritamente limitada no tempo e constituir uma medida de último recurso, a utilizar se tiver sido detetada uma ameaça grave para a ordem pública ou a segurança interna. A livre circulação das pessoas, bens e serviços deve ser garantida no espaço Schengen. Tal como referido no [relatório sobre o estado de Schengen de 2023](#), é necessário reforçar a cooperação para garantir a segurança, suprimindo progressivamente os controlos duradouros nas fronteiras internas.

A recomendação agora apresentada promove o recurso a medidas alternativas aos controlos nas fronteiras internas, bem como o reforço da cooperação e do intercâmbio de informações em caso de reintrodução de tais controlos em oito domínios: Cooperação estruturada a todos os níveis; Reforço da capacidade para adotar medidas conjuntas; Cooperação policial; Reforço das ações conjuntas para lutar contra a introdução clandestina de migrantes; Utilizar plenamente os instrumentos existentes no domínio do regresso para combater os movimentos não autorizados; Luta contra os movimentos não autorizados; Intensificação das ações conjuntas de luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada transnacionais; e, aplicar medidas para atenuar a introdução de controlos nas fronteiras internas. O coordenador Schengen continuará a apoiar os Estados-Membros e a dialogar com eles. Seria importante que os Estados-Membros cooperassem estreitamente na aplicação desta recomendação. O coordenador Schengen também apresentará regularmente relatórios sobre esta matéria no Conselho Schengen.



Tecnologia, Informática e Comunicações

Exercício de cibersegurança da UE para promover cooperação e garantir eleições da UE livres e justas

A fim de avaliar e reforçar os métodos de trabalho em curso na perspetiva das **eleições de 2024**, as instituições da UE [organizaram](#) um exercício de cibersegurança. Os parceiros nacionais e da UE testaram os seus planos de crise e respostas possíveis a potenciais incidentes de cibersegurança que possam afetar as eleições europeias.

Tudo está a postos para garantir que os cidadãos europeus possam ter confiança no processo eleitoral da UE. Os riscos para as eleições podem assumir várias formas, desde a manipulação da informação e a desinformação até aos ciberataques que comprometem as infraestruturas. O exercício faz parte das medidas da União Europeia para garantir a realização de **eleições livres e justas em junho de 2024**. Participaram na segunda edição do exercício representantes das autoridades nacionais eleitorais e de cibersegurança, juntamente com observadores do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia, da Equipa de Resposta a Emergências Informáticas para as instituições e agências da UE (CERT-UE) e da Agência da UE para a Cibersegurança (ENISA). Mais informações no [comunicado de imprensa](#).

A Comissão aprovou um regime de auxílios estatais português de 172 milhões de euros para apoiar a implantação de redes de banda larga de elevado desempenho

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras comunitárias em matéria de auxílios estatais, um regime português de 172 milhões de euros destinado a apoiar a implantação de redes de banda larga de elevado desempenho em zonas insuficientemente conectadas, no dia 24 de novembro.

O regime destina-se a apoiar a implantação de redes de banda larga com uma velocidade de, pelo menos, 1 Gbps de descarregamento e 150 Mbps de carregamento em zonas em que as redes atualmente existentes e as redes previstas de forma credível ofereçam um débito de descarregamento inferior a 100 Mbps de velocidade de descarregamento.

O regime faz parte de uma estratégia global que Portugal adotou para digitalizar o país e contribuirá para os objetivos estratégicos da UE relacionados com a transição digital. No âmbito do regime, que vigorará até 31 de dezembro de 2024, o auxílio assumirá a forma de subvenções diretas que serão atribuídas aos operadores na sequência de um concurso. O auxílio cobrirá até 100% dos custos elegíveis.

Comissão e Índia assinam acordo sobre semicondutores

Os copresidentes do Conselho de Comércio e Tecnologia UE-Índia (CCT), o vice-presidente executivo Valdis Dombrovskis e a vice-presidente Věra Jourová [realizaram](#) no dia 24 de novembro um balanço com os seus homólogos indianos para ponderar o trabalho realizado até à data no âmbito do CCT UE-Índia e lançar bases para a próxima reunião ministerial.

Congratularam-se com o acordo entre a UE e a Índia relativamente a um [Memorando de Entendimento](#) sobre os semicondutores, assinado por Thierry Breton, comissário responsável pelo Mercado Interno, e Ashwini Vaishnaw, Ministro dos Caminhos-de-Ferro, das Comunicações, da Eletrónica e das Tecnologias da Informação do Governo da Índia. Este acordo estabelece a forma como a UE e a Índia cooperarão para construir cadeias de abastecimento de semicondutores sólidas e cooperar no domínio da inovação.

Neste Memorando de Entendimento, a União Europeia (UE) e a Índia têm como objetivo partilhar experiências e informações sobre seus ecossistemas de semicondutores, identificar áreas de colaboração em pesquisa, desenvolvimento e inovação, promover o desenvolvimento de competências para a indústria de semicondutores e garantir condições equitativas no setor, incluindo a divulgação de informações sobre subsídios públicos. Para atingir esses objetivos, ambos os parceiros se comprometem a facilitar a colaboração através de seminários, parcerias e promoção de investimentos diretos.

Quanto às próximas etapas, os parceiros planeiam continuar reunindo regularmente e apresentar relatórios no âmbito do CCT. A próxima reunião ministerial UE-Índia está programada para o início de 2024 na Índia.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2023](#) e [2024](#).



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



67509c Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!